

Nome	Situação
Maria do Céu Ribeiro Nunes Alves	Admitido.
Maria Justina Rodrigues Nascimento	Admitido.
Mário Rui Miranda Couto	Admitido.
Nuno Miguelmarques Charrua	Admitido.
Paulo Rui Ferreira Gomes	Admitido.
Pedro Gonçalo Ruas Pires Resende Nogueira	Admitido.
Renato Paulo Ribeiro Fernandes	Admitido.
Rosa Maria Puchades Pradas	Admitido.
Rui Henriques Nunes Fernandes	Admitido.
Rui Manuel Rato Gabriel	Admitido.
Telma Maria Fernandes Oliveira	Admitido.
Tomé António Bernardes Alfredo	Admitido.

**Candidatos à Referência G: Unidade Operacional XI/
Alentejo (Évora)**

Nome	Situação
Ana Delfina Leal Granjeira Costa	Admitido.
António Eduardo Pirraça Aleixo Branco	Admitido.
António Francisco Caeiro dos Santos	Admitido.
David Manuel da Costa Carvalho	Admitido.
Florbel Maria Faustino	Admitido.
José Francisco Orelha Soudo	Admitido.
Luis César Fernandes dos Santos Lima de Almeida	Admitido.
Nelson David Madaleno Soares	Admitido.
Nuno Alberto Soeiro Rolo	Admitido.
Pedro José dos Remédios Bizarro	Admitido.
Pedro Manuel Pinto Bento	Admitido.
Sónia Cristina Mira Fernandes de Oliveira Mendes	Admitido.

**Candidatos à Referência H: Unidade Operacional XII/
Algarve (Faro)**

Nome	Situação
David Augusto Ribeiro Soares	Admitido.
Délio Marcos da Fonseca	Admitido.
Dina Maria Cravinho Montes	Admitido.
Emanuel dos Santo José	Admitido.
Helder Manuel Lopes Marcos	Admitido.
Isabel Cristina Estêvão Machado	Admitido.
João Leonardo Pereira Martins	Admitido.
João Manuel Aleixo Barradinhas	Admitido.
Maria Augusta Mangorrinha Soares Banza	Admitido.
Mário Aureliano Ferreira José	Admitido.
Nuno da Costa Pericão	Admitido.
Paulo Renato Nóbrega Soares Reis	Admitido.
Petra Isadora da Silva Ricardo Filipe	Admitido.
Ricardo Carvalho Góis Martins	Admitido.
Rita da Ascensão Pedro Martins	Admitido.
Vera Lúcia Cesário Pereira	Admitido.

15 de julho de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*,
208019302

Despacho n.º 10508/2014

Na sequência do Decreto-Lei n.º 194/2012, de 23 de agosto, que aprovou a Lei Orgânica da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a Portaria n.º 35/2013, de 30 de janeiro, veio determinar a estrutura nuclear da ASAE e fixar o número máximo de unidades flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares.

No desenvolvimento daqueles diplomas, o Despacho n.º 2032/2013, de 30 de janeiro, estabeleceu a estrutura flexível, a qual veio a ser alterada pelo Despacho n.º 1870/2014, de 22 de janeiro, tendo, posteriormente, o Despacho n.º 7251/2014, de 19 de maio, vindo alterar a designação das unidades operacionais que integram as unidades regionais, por força da reorganização territorial.

Assim,

1 — Nos termos e, para os efeitos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, até estar concluído o processo de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção intermédia, nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º do mesmo diploma legal, determino a designação, em regime de substituição, dos seguintes trabalhadores, os quais preencham os requisitos legais e o perfil profissional adequado, evidenciado nas notas curriculares em anexo ao presente despacho, do qual fazem parte integrante:

a) Na Unidade Operacional II — Porto/Norte, integrada na Unidade Regional do Norte, é designada inspetora-chefe a licenciada Maria Teresa Monterroso Nery Monteiro;

b) Na Unidade Operacional VII — Lisboa, integrada na Unidade Regional do Sul, é designada inspetora-chefe a licenciada Teresa Sofia Carvalho da Costa Jesus;

c) Na Unidade Operacional IX — Lisboa/Sul, integrada na Unidade Regional do Sul, é designado inspetor-chefe o licenciado Luís Manuel Branco de Brito.

2 — Considerando a alteração de denominação das unidades operacionais que integram as unidades regionais, operada pelo citado Despacho n.º 7251/2014, confirmo as designações dos seguintes trabalhadores, nas respetivas unidades orgânicas, mantendo-se os termos das designações iniciais:

a) Na Unidade Operacional I — Porto, integrada na Unidade Regional do Norte, a inspetora-chefe mestre Jacinta da Silva Ladeira;

b) Na Unidade Operacional IV — Coimbra, integrada na Unidade Regional do Centro, inspetora-chefe licenciada Maria Helena Canaveira da Encarnação Diogo;

c) Na Unidade Operacional V — Coimbra/Norte, integrada na Unidade Regional do Centro, inspetora-chefe licenciada Maria da Graça Rei Alves Mendes Gonçalves;

d) Na Unidade Operacional VIII — Lisboa/Oeste, integrada na Unidade Regional do Sul, inspetora-chefe licenciada Sara Isabel Louzeiro Fialho Borralho;

e) Na Unidade Operacional XI — Évora, integrada na Unidade Regional do Sul, inspetora-chefe licenciada Ana Maria Silva Roque Caetano;

f) Na Unidade Operacional XII — Faro, integrada na Unidade Regional do Sul, inspetora-chefe licenciada Vanda Maria Costa Reis Brito Caiado Monteiro.

3 — Os dirigentes das unidades operacionais que não foram objeto de alteração de denominação, mantêm-se nos cargos para os quais foram designados, mantendo-se válidos os despachos iniciais de designação.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de junho de 2014, com exceção da designação constante da alínea a) do ponto 1 do presente despacho, a qual produz efeitos a 6 de agosto de 2014.

1 de agosto de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais

Nome — Maria Teresa Monterroso Nery Monteiro
Naturalidade — Porto, Miragaia

2 — Formação académica

Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1985-1990);

1.º Curso de Pós-Graduação em Procedimento Contraordenacional, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (2005);
Frequência do Curso de Mestrado em Economia e Gestão de Recursos Humanos, Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2013/--).

3 — Experiência profissional

a) Na carreira de inspeção

Inspetora Principal da Carreira de Inspeção Superior da IGAE e da ASAE tendo desempenhado as seguintes funções:

Coordenação de Sector Operacional (IV) com competências investigatórias em diferentes matérias de natureza criminal, tais como, Propriedade Intelectual, Fraude sobre mercadorias, Pirataria informática, Branqueamento de capitais, Precursores de droga e Artefactos de metais preciosos — IGAE (DRNorte) — 1999 a 2005;

Coordenação do Núcleo de Instrução Processual — ASAE (DR-Norte) — 2006 a dez. 2008;

Integração e supervisão de brigadas operacionais — Sector Segurança e Ambiente — 2009-2014;

Núcleo de apoio à decisão, no âmbito de contraordenações — 2014;

b) Na carreira Técnica Superior

Consultora Jurídica 1.ª — IGAE (sede) — 1996 a 1998;

Técnica Superior 2.ª e 1.ª na Direção-Geral da Concorrência e Preços — DS Inspeção da Concorrência Nacional — 1992 a 1996;

4 — Outras atividades e formação complementar

Participação na qualidade de jurista na 1.ª Missão de Cooperação Institucional IGAE/PALOP, iniciada em 1996:

Cabo Verde — redação do Projeto de Lei Orgânica da estrutura de inspeção de Cabo Verde, acompanhando o Coordenador da Missão àquele País participando nas reuniões atinentes à efetiva implantação da IGAE de Cabo Verde (1997).

Moçambique — redação do Projeto de Lei Orgânica da estrutura de inspeção de Moçambique, bem como coorganização da ação de formação genérica sobre «Da Inspeção nas suas diversas vertentes» destinada ao corpo inspetivo de Maputo, ministrando o módulo de «Investigação Processual e Criminal» (1998);

Angola — Organizou e ministrou diversas ações de formação sobre «Propriedade Intelectual e Contrafação» destinadas a Dirigentes, Diretores Provinciais e Chefiadas da Direção Nacional de Inspeção e Investigação das Atividades Económicas integrados no Comando Geral da Polícia Nacional de Angola, (2004);

Ministrou ações de formação internas na IGAE, vg, Curso de intercomunicabilidade da carreira de inspetor-adjunto para a carreira de inspetor técnico (2005) e externas, designadamente, BF-GNR, Associações Empresariais;

Participação na Reunião preparatória para a criação do Comité Consultivo sobre Enforcement (Genebra, 2002) e nas posteriores reuniões de trabalho do Advisory Committee on Enforcement (ACE), (2003-2004) na sede da Organização Mundial da Propriedade Intelectual — OMPI — (Suíça), em representação da IGAE e do INPI;

Durante o Euro 2004, organizou, supervisionou e acompanhou no terreno, as brigadas conjuntas da IGAE-DRNorte e das Polícias Municipais locais, em todas as ações de inspeção efetuadas no âmbito do «Ambush marketing» (Proteção dos Direitos da UEFA e da Direção da IGAE) de reconhecimento pelo seu desempenho.

Participação como oradora em Conferências e Seminários, tais como: Comunicação sobre “Atuação da IGAE no âmbito da Publicidade”, na “IV Conferência Consumo e Justiça”, promovida pela PGR, IC, CEJ, Tomar, 1997;

Comunicação sobre “Ação dos serviços de inspeção na prevenção de perigos e repressão de ilícitos na área alimentar”, integrada no Ciclo de debates intitulado O Laboratório garante da Segurança Alimentar, realizada no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Lisboa 1998;

Comunicação sobre “Segurança Alimentar” efetuada no âmbito do “I Seminário sobre Qualidade e Segurança na Alimentação”, Alfândega Porto, CMP, 2001.

Da formação complementar:

1.º Curso de Inspectores da Carreira de Inspeção Superior — IGAE — 1999 (16 val.)

Curso de Investigação Criminal — Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais — 2001

Curso de Formação Pedagógica de Formadores — 2001

Curso Geral sobre Propriedade Intelectual, módulo e-learning, da OMPI — 2004

Seminário de Alta Direção, INA/ Univ. Portucalense — 2005

Formação sobre SIADAP (avaliadores), 2007, 2008, 2009. SIADAP (avaliados), 2014;

Formação sobre Jogo Ilícito, IGJ, 2007;

Formação sobre Gestão de Conflitos nas Organizações, 2008

Curso de Investigação Criminal — Parceria ASAE, Universidade Lusíada, Escola Prática da PSP — (19 valores) — 2011

Curso “Direito Comunitário da Concorrência”, inserido do Curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus, ministrado pelo Dr. Luís Miguel Pais Antunes Univ. Lusíada, Lisboa, 1995.

Curso “Contencioso Comunitário”, INA, 1995

Frequência de estágio de advocacia, (18,9 val.), Lisboa, 1990-1992.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Teresa Sofia Carvalho da Costa Jesus;
Nacionalidade: Portuguesa;

2 — Formação académica

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa (1995-2001);

(I Curso) Pós Graduação em Procedimento Contra Ordenacional pelo ISCPSP — Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna (2005);

Curso Intensivo Contra Terrorismo pelo ISCPSP — Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna (2007);

3 — Formação complementar

Curso de Formação de Formadores (CAP), pelo Citeforma (2008);
Curso de Investigação Criminal pela ASAE (2008);

Formação em Planeamento Operacional pela PJ (2008);

2.º Congresso de Investigação Criminal pela ASFIC PJ (2009);

Formação de Branqueamento de Capitais pela PJ/UIF — Unidade de Informação Financeira (2011 e 2014);

Participação em múltiplas ações formativas inerente às funções exercidas como Contrafação, Pirataria, Internet e Cibercrime, Usurpação de Direitos de Autor e Direitos Conexos, Concorrência Desleal, Artefactos de Metais Preciosos, Vendas com Prejuízo, Especulação, Gestão de Conflitos e de Stress, Seguintos e Vigilâncias, Condução Defensiva e Defesa Pessoal.

4 — Experiência profissional

(1999-2000) Exercício de funções de Escriturária na Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa;

(2001-2005) Exercício de funções como Inspetora adjunta principal da IGAE — Inspeção Geral das Atividades Económicas;

(2006-31out2012) Exercício de funções como Inspetora na DA-PI — Divisão de Análise e Pesquisa de Informações da ASAE.

(2007-31out2012) Representante da ASAE como entidade competente/coordenadora na implementação da Rede IMI (Internal Market) — Diretiva Serviços, na Comissão Europeia. (01nov12- até à presente data) — Nomeação em regime de substituição, através do Despacho n.º 15421/2012 de 4 de dezembro de 2012, no cargo de Inspetor Chefe da Unidade Operacional de Brigadas Especializadas da ASAE.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Luís Manuel Branco de Brito

Nascido em Lisboa, a 11 de abril de 1959.

2 — Habilitações e frequências académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1984/1989);

Curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1989/1990).

3 — Categoria profissional atual:

Inspetor superior principal, em regime de nomeação, do mapa de pessoal da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

4 — Formação profissional funcionalmente relevante:

Cursos de Segurança Alimentar — nível I e nível II (ASAE-2008);
Curso de Investigação Criminal — Inspectores superiores (ASAE-2008);

Ações de formação sobre Jogo Ilícito (SIJ-2007);

Curso “FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública” (INA-2006);

Ação “Metodologia de Auto-Avaliação em Qualidade-CAF” (INA-2004);

Ação “Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública” (INA-2002);

Ação “Auditorias de Qualidade” CEQUAL-2000);

Curso de Formação Pedagógica de Formadores (DRHS-1999).

5 — Percurso profissional na Administração Pública:

2013: Inspetor Chefe da Unidade Operacional VII, da Unidade Regional do Sul da ASAE, em regime de substituição;

2011: Inspetor Chefe da Divisão de Fiscalização e Investigação FISEC da DRLVT da ASAE, em regime de comissão de serviço;

2010: Inspetor Chefe da Divisão de Fiscalização e Investigação FISEC da DRLVT da ASAE, em regime de substituição;

2008: Transferido para o quadro de pessoal da ex-IGAE, na categoria de inspetor superior principal;

2007: Início de funções na ASAE, em regime de requisição. Colocado na DRLVT/FISEC;

1999/2007: Secretário/Diretor de Serviços, na Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil (ESEFG);
 1995/2007: Inspetor a Inspetor superior principal, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Saúde (IGS);
 1992/1995: Técnico superior, do quadro de pessoal da Direção-Geral de Pessoal do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

6 — Outras funções desempenhadas:

Membro dos conselhos Diretivo, Consultivo e Administrativo da ESEFG;
 Membro da Delegação Negociadora Sindical, em representação do MDN;
 Membro da Delegação Mista para a renegociação do Acordo Técnico-Laboral, no quadro do denominado “Acordo das Lages”;
 Assessor de SEXA, o Ministro da Defesa Nacional;
 Formador da equipa de formação da IGS e da ASAE.

208019279

Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Édito n.º 364/2014

Processo 171/10.12/352

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, e outros, estará patente na Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, sita em Estrada da Portela — Zambujal, Alfragide, 2611-911 Amadora, r/c, tel. 214729500 e na Secretaria da Câmara Municipal de Óbidos, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no “Diário da República”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Tejo a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação elétrica:

Linha Subterrânea a 30 kV, com 510 m, com origem no PTS OBD0132 — Casais Pedrógão (Rua Augusto de Castilho) e término no apoio n.º 1A da linha a 30 kV para o PT CLD022C, de PRETOFAL, S. A., freguesias de Gaeiras e Nossa Senhora do Pópulo, concelhos de Óbidos e das Caldas da Rainha.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta direção regional ou na Secretaria daquela câmara municipal, dentro do citado prazo.

1 de julho de 2014. — O Diretor Regional, *Ricardo Emilio*.
 308021579

Édito n.º 365/2014

Processo 171/11.13/1189

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, e outros, estará patente na Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, sita em Estrada da Portela — Zambujal, Alfragide, 2611-911 Amadora, r/c, tel. 214729500 e na Secretaria da Câmara Municipal de Torres Vedras, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no “Diário da República”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Tejo a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação elétrica:

Linha Aérea, a 30 kV, com 1142 m, com origem no apoio n.º 24 da linha de interligação entre o apoio n.º 36 da linha n.º 3142 e o apoio n.º 37A da linha n.º 3017 e término no PT TVD 111 — Vale da Tábua; PT TVD 111 do tipo aéreo — AS de 50 (100) kVA a 30/0,4 kV, freguesias de Campelos e de A-dos-Cunhados, concelho de Torres Vedras.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta direção regional ou na Secretaria daquela câmara municipal, dentro do citado prazo.

10 de julho de 2014. — O Diretor Regional, *Ricardo Emilio*.
 308021627

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Despacho n.º 10509/2014

Por deliberação do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, I. P., de 17 de julho de 2014, torna-se público o seguinte:

O Conselho Diretivo deliberou, em reunião de 19 de fevereiro, ao abrigo do disposto no artigo 1.º, n.º 3 dos Estatutos do Turismo de Portugal, I. P., promover alterações na estrutura, a nível das unidades orgânicas de 2.º grau, corporizando as prioridades e o enfoque da atuação do instituto.

No âmbito da referida deliberação encontra-se criado, na dependência hierárquica e funcional do Presidente do Conselho Diretivo, o Departamento de Gestão de Programas Comunitários (DGPC), ao qual compete:

- Acompanhar todo o processo de negociação e afetação dos fundos comunitários aplicáveis ao setor do turismo;
- Acompanhar, em articulação com todas as unidades orgânicas com intervenção na matéria, a gestão desses fundos por parte do instituto, no contexto dos respetivos programas de aplicação, medidas programáticas, sistemas de incentivos, de apoio, de ajudas ou de financiamento
- Monitorizar e avaliar essa gestão, através da recolha e tratamento de informação relativa à respetiva aplicação;
- Garantir o alinhamento e a articulação das políticas nacionais e regionais de afetação dos fundos comunitários e da respetiva implementação de programas e sistemas de incentivos no âmbito do desenvolvimento do setor turístico.

Estando atualmente em pleno curso o processo de negociação e afetação dos fundos comunitários aplicáveis ao setor do turismo, verifica-se ser necessário e urgente assegurar o normal funcionamento desta nova unidade, com recurso ao regime de designação de dirigente em regime de substituição, regime previsto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Na designação em regime de substituição devem ser observados todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, com exceção do procedimento concursal.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e do disposto nos artigos 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho, é designado em regime de substituição para o cargo de Diretor do Departamento de Gestão de Programas Comunitários, cargo de direção intermédia de 2.º grau, Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida, com efeitos a 1 de agosto de 2014.

O nomeado possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos da unidade em causa e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme evidenciado pela nota curricular anexa à presente deliberação.

4 de agosto de 2014. — A Diretora-Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*, por delegação de competências.

Nota curricular

Nome: Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida
 Data de nascimento: 24 de outubro de 1976.
 Formação académica:

Doutorado pelo Instituto Superior Técnico em Planeamento Regional e Urbano — área do Turismo (2011);

Mestre em Gestão e Políticas Ambientais — área do Turismo — pela Universidade de Aveiro (2004);

Licenciado em Turismo — ramo Marketing, pela Universidade do Algarve (1999), tendo desenvolvido o 2.º ano na *University of Wales — Cardiff*.

Experiência profissional:

Assessor do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo no âmbito da regulamentação e execução do novo quadro comunitário de apoio;

Perito-Coordenador responsável pela Agenda Regional de Turismo — Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal, CCDRN — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;

Responsável pela conceção técnica de Concursos Públicos na área do Turismo e Presidente ou membro de Júri/ Comissões Técnicas de Avaliação de mérito de candidaturas da área do Turismo submetidas ao Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (QREN);

Coordenador técnico do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013, no contexto da Estrutura de Missão do Douro;